



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sábado, 19 de fevereiro de 2011

A CRITICA sim & não	1
OPINIÃO	
A CRITICA sobe e desce	2
OPINIÃO	
A CRITICA DECISÃO LIMINAR	3
ECONOMIA	
A CRITICA DECISÃO LIMINAR (CONTINUAÇÃO)	4
ECONOMIA	
A CRITICA Júlio Ventilari	5
BEM VIVER	
AMAZONAS EM TEMPO CAPA	6
AMAZONAS EM TEMPO Argentina isenta Brasil de limite às importações	7
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Justiça determina bloqueio de bens de Flávia Grosso	8
POLITICA	
AMAZONAS EM TEMPO PIM	9
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Estimativa	10
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Apagão' no Distrito gera prejuízo de R\$ 1 milhão	11
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO SÉRGIO FROTA	12
PLATÉIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Dirigentes da Suframa e do Cieam têm bens bloqueados	13
CAPA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Justiça bloqueia bens de Flávia Grosso	14
AMAZONAS	
DIÁRIO DO AMAZONAS Governo defende a política de incentivos do BNDES e ZFM	15
AMAZONAS	

sim & não

Tudo o que Flávia não precisava

Em plena negociação pelo comando da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), a decisão de ontem da Justiça Federal de bloquear bens da titular da autarquia, Flávia Grosso, pode ter sido um golpe contra a articulação que tenta garanti-la no terceiro mandato consecutivo. Desde o ano passado, a mudança na chefia da Suframa tornou-se um vespeiro. Ela está na função pela cota do PMDB, mas o PT e o PSB também estão de olho no cargo.

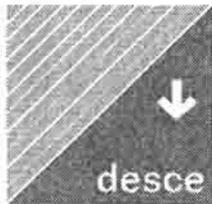
Memória O assunto que constrange Flávia desde 2007, o asfaltamento do PIM, criou-lhe incômodo desde o momento em que ela, por questões políticas, deixou de firmar convênio com a Prefeitura de Manaus para contratar o Cieam, que nunca havia pavimentado um beco.

Agrado À época, quando a Suframa deixou de firmar convênio com o Município, o meio político entendeu que Flávia tentava agradar o então governador Eduardo Braga, que estava brigado com o prefeito Serafim Corrêa (PSB).

Agência Para completar o “dia D” de Flávia, ontem, ao sair da sessão de aniversário de 31 anos do PT, o deputado Francisco Praciano comentou: “A Suframa não pode continuar

agindo como despachante. O modelo precisa agir com uma agência de desenvolvimento”.

sobe e desce



Maurício Loureiro

PRESIDENTE DO CIEAM

>> Teve bens bloqueados pela
Justiça Federal por improbida-
de em convênio com a Suframa.

Manaus, sábado, 19 de fevereiro de 2011.

DECISÃO LIMINAR

Bens de dirigentes da Suframa indisponíveis

A Justiça Federal determinou a indisponibilidade de bens da superintendente da Suframa, Flávia Grosso, do servidor da autarquia Plínio Ivan Pessoa da Silva, do presidente do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (Cieam), Maurício Loureiro, do

sócio-administrador da Mosaico Engenharia, Jorge Soto Mayor Fernandes Filho, e de Armando Rubens Medeiros Lima.

Entre os bens bloqueados estão veículos de Flávia Grosso, de Plínio Ivan Pessoa da Silva e do procurador federal Eduardo Bonates de Lima,

esse em função de outra ação (veja abaixo).

A decisão liminar da 3ª Vara Federal no Amazonas visa garantir que, em última análise, um montante de R\$ 3.785.699,03 seja ressarcido aos cofres da União.

Essa quantia integrava os re-



Flávia Grosso e Jorge Soto Mayor

ursos do convênio nº 57/2007, assinado por Flávia Grosso e pelo presidente do Cieam, Maurício Loureiro, no valor de R\$ 25 milhões, sendo posteriormente aditivado, o que elevou os recursos para R\$ 70 milhões cuja destinação foi a revitalização de vias internas do Distrito Industrial.

REQUISITOS

O Tribunal de Contas da União (TCU) constatou que o convênio era irregular, pois o Cieam não dispunha dos requisitos mínimos para executá-lo, além de não exis-

tir projeto básico para as obras.

A despeito disso, a entidade contratou a Mosaico Engenharia, em caráter emergencial, para intervir no sistema viário no valor pela quantia de R\$ 3.785.699,03, justamente o montante que ensejou a indisponibilidade dos bens a que alude a decisão liminar da Justiça Federal.

Mesmos com o posicionamento contrário do TCU, a Suframa considerou regular a prestação de contas, apesar de ter apontado irregularidades como falta de atesto e de registro do número do convênio.

DECISÃO LIMINAR (CONTINUAÇÃO)

Outra ação movida pelo MPF trata da contratação indevida do escritório de advocacia Brasília Consultores Associados S/S Ltda, no valor R\$ 120-mil, para elaboração de parecer jurídico privado, sem licitação.

O advogado Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, sócio do escritório, emitiu parecer tratando sobre a admissibilidade de processo administrativo disciplinar para apurar conduta dos procuradores federais Fernando Nunes da Frota e Eduardo Bonates de Lima, por suspeitas de irregularidades na atuação deles na Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

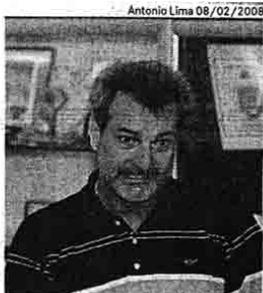
Para o Ministério Público Federal ficou evidente a má gestão dos recursos públicos e o dano ao patrimônio público, ainda mais considerando-se que as atividades de consultoria e assessoria jurídica da União são privativas dos advogados públicos federais, de modo que o caso deveria ter sido encaminhado para outras unidades da Advocacia Geral da União (AGU) no Amazonas ou para a Adjuntoria de Consultoria do órgão em Brasília.

A decisão da 1ª Vara Federal do Amazonas reconhece que o MPF/AM apresentou provas relevantes de lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, além da existência de elementos demonstrando, dessa forma, a necessidade da decretação da indisponibilidade de bens com o objetivo de viabilizar o pagamento ou devolução de valores, em caso de condenação por improbidade.

Por meio de sua assessoria de imprensa, o Ministério Público Federal informa que os processos ainda serão analisados quanto ao mérito da questão, podendo os envolvidos serem condenados ao ressarcimento do dano, à perda dos valores ganhos ilicitamente, à perda da função pública, à proibição de contratar com o poder público, à multa e à suspensão dos direitos políticos.

OUTRO LADO

Por meio de sua assessoria de imprensa, a superintendente da Suframa, Flávia Grosso, mandou informar que se posicionará sobre o assunto apenas nos autos do processo, e no tempo



Maurício Loureiro, do Cieam

devido. Postura que também abrange os demais servidores da cúpula da autarquia.

No início da tarde de ontem, quando contatada pela reportagem, advertindo-a da liminar obtida pelo MPF, a assessoria da Suframa deu a entender que seria divulgada uma Nota Oficial sobre o assunto.

A reportagem também fez contato por telefone com a assessoria do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (Cieam), mas não obteve retorno.

O proprietário da Mosaica Engenharia, Jorge Soto Mayor,

Processos

O MPF informou o número dos processos para consulta na Justiça Federal: 2230-67.2011.4.01.3200 (Recuperação das vias do Distrito Industrial) 1682-42.2011.4.01.3200(Contratação irregular de advogado).

disse que não sabia nada a respeito da posição do TCU em relação à condição do Cieam no convênio, isto é, de que a entidade não dispunha dos requisitos mínimos para executar o convênio. "Tínhamos preço, fomos contratados para a realização pontual de obras em pontos críticos, os serviços foram executados e fiscalizados pelo Cefet e atestados como entregues", disse Soto Mayor, acrescentando que está tranquilo por achar que há, nessa questão, algum mal entendido. Somos uma empresa genuinamente amazônica, com 16 anos no mercado, e sem máculas", complementou.

Júlio Ventilari

parabólica

✘

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando Pimentel, que visita Manaus na próxima semana, vai poder contemplar o maravilhoso rio Negro Negro. Tudo porque ficará hospedado no Park Suite.

CAPA

Justiça bloqueia bens de Flávia Grosso

Decisão também atinge o presidente do Cieam, Maurício Loureiro. Processo apura improbidade administrativa na prestação de contas do convênio firmado para revitalizar o sistema viário do Distrito Industrial. **Política A5**



Argentina isenta Brasil de limite às importações

Na primeira reunião do ano para tratar do comércio bilateral, Brasil e Argentina decidiram criar uma nova comissão para analisar exclusivamente as barreiras de importação

Os governos de Argentina e Brasil concordaram ontem em realizar um monitoramento conjunto para excluir os produtos brasileiros do limite de importações imposto recentemente pelo governo de Cristina Kirchner a uma dezena de produtos industriais.

"O governo argentino não afetará nenhuma das vendas do Brasil e apenas apontamos a competição desleal de fora" do Mercosul, disse a ministra da Indústria argentina, Debora Giorgi, em coletiva de imprensa junto a seu colega brasileiro, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando Pimentel.

A Argentina acaba de estender o sistema de licenças não automáticas para a regulação de importações a uma dezena de produtos, entre eles automóveis de alto valor, artigos metalúrgicos, eletrônicos de consumo, fiação e tecidos, moldes e matrizes, vidro, bicicletas e peças de bicicletas.

Pimentel admitiu que a

medida gerou "inquietação no setor produtivo brasileiro, mas não no governo" de Dilma Rousseff.

"É uma decisão soberana da Argentina que nós respei-



Não há intenção por parte do Brasil de restringir as exportações argentinas. A nova medida obedece à necessidade de monitorar o comércio, já que setores locais denunciaram estar sendo afetados

Debora Giorgi, ministra da Indústria argentina

tamos e que não afeta as normas da Organização Mundial de Comércio (OMC)", disse o ministro brasileiro.

Pimentel destacou, no entanto, a decisão de formar "uma comissão de acompa-

nhamento (da aplicação de) licenças não automáticas para que não haja confusões entre ambos os países".

"Não há intenção por parte do Brasil de restringir as exportações argentinas", completou.

Giorgi confirmou que o governo argentino também iniciou conversas sobre o tema com o Uruguai, outro de seus sócios no Mercosul.

"Nesta manhã (ontem), falei com o ministro (da Indústria, Energia e Mineração do Uruguai, Roberto) Kreimerman e concordamos em nos reunir na semana que vem" para abordar o tema, disse.

A ministra explicou que a nova medida "obedece à necessidade de monitorar o comércio, já que setores locais denunciaram estar sendo afetados pela competição desleal proveniente da extrazona" Mercosul.

Argentina e Brasil registraram uma troca comercial recorde de quase 33 bilhões de dólares em 2010 com um déficit para a Argentina de 4,097 bilhões de dólares.

Justiça determina bloqueio de bens de Flávia Grosso

Decisão também atinge o presidente do Cieam, Maurício Loureiro, e o proprietário da empresa Mosaico, Jorge Soto Mayor

A Justiça Federal determinou o bloqueio dos bens dos dirigentes da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (Cieam), da Mosaico Engenharia e Comércio Ltda. e dos procuradores federais, Fernando Nunes da Frota e Eduardo Bonates de Lima, por improbidade administrativa e irregularidades em convênios e contratações. A decisão foi determinada no dia 10 de fevereiro, mas o processo corre em sigilo de Justiça.

Entre os envolvidos, estão a superintendente da Suframa, Flávia Grosso; o superintendente adjunto, Plínio Ivan Pessoa da Silva; o presidente do Cieam, Maurício Loureiro e o sócio-proprietário mais o sócio-administrador da Mosaico Engenharia, Jorge Soto Mayor e Armando Rubens Medeiros, respectivamente. Os envolvidos têm 30 dias para recorrer da decisão.

De acordo com o Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM), os bens bloqueados compreendem oito carros de médio porte, um apartamento, cotas empresariais e aproximadamente R\$ 3,7 milhões

das contas dos dirigentes. As ações de improbidade administrativas são referentes ao convênio 57/2007 firmado entre a Suframa e a Cieam no valor R\$ 25 milhões, com um aditivo de R\$ 70 milhões, para revitalizar o sistema viário do Distrito Industrial. O Tribu-

As ações de improbidade administrativas são referentes ao convênio para a revitalização das ruas do Distrito

nal de Contas da União (TCU) constatou que o convênio era irregular uma vez que o Cieam não dispunha dos requisitos mínimos para executá-lo e nem tinha apresentado o projeto básico para as obras.

Após as irregularidades constatadas pelo TCU, o Cieam contratou a Mosaico Engenharia por R\$ 3,7 milhões para re-



Presidente do Cieam, Maurício Loureiro, fez convênio com a Suframa, administrada por Flávia Grosso

cupação emergencial de trechos do Distrito Industrial. De acordo com a juíza da 3ª Vara Federal, Maria Lúcia Gomes, a obra em caráter emergencial não era objeto do convênio e não houve comprovação de que os serviços foram realizados.

Além disso, a juíza da 1ª Vara Federal do Amazonas, Jaiza Fraxe, solicitou o bloqueio dos

bens por entender que houve lesão do patrimônio público e enriquecimento ilícito por parte dos envolvidos. No parecer, os procuradores federais Fernando Nunes da Frota e Eduardo Bonates de Lima, que atuam na Suframa, são investigados por suspeitas de irregularidades em atuação na autarquia.

Os procuradores contrataram o escritório de advocacia Brasília Consultores Associados S/S Ltda. no valor de R\$ 120 mil para elaborar um parecer jurídico privado quando as atividades jurídicas da União são privativas dos advogados públicos federais. Segundo o MPF/AM, o caso deveria ter sido encaminhado para uma unidade da

Advocacia Geral da União (AGU) no Amazonas ou para a Adjutoria de Consultoria do órgão em Brasília. O EM TEMPO tentou contato com os envolvidos, mas nenhum deles atendeu as ligações. Caso condenados, eles deverão ressarcir os valores ao erário, além de perder a função pública, pagar multa e terem os direitos políticos suspensos.

PIM

Fabricante Harley-Davidson vai inaugurar nova planta

Uma das fabricantes de motocicletas mais famosas e amadas em todo o mundo resolveu investir pesado no Brasil. A Harley-Davidson, que anteriormente era representada por uma empresa terceirizada, vai inaugurar nova fábrica na cidade de Manaus, possivelmente em agosto, na qual deverão ser produzidas 20 mil motocicletas anualmente.

Além disso, a montadora norte-americana quer abrir cerca de dez concessionárias próprias no território brasileiro. Duas delas já estão funcionando, uma em São Paulo, outra em Belo Horizonte, que também funcionam, provisoriamente, como centros de serviços.

Fazem parte ainda do plano de expandir as suas operações no Brasil a construção

de uma sede para a empresa, em São Paulo, e também de um centro de distribuição de peças na região do Rodoanel, que diminuiria drasticamente o tempo de entrega para qualquer local.

Outra intenção da Harley-Davidson é construir um centro de treinamento de funcionários que atenderia a toda a América do Sul.

Estimativa

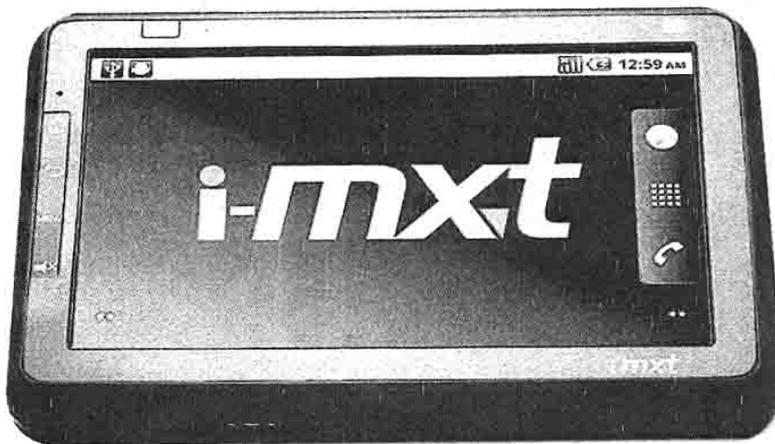
Tablet nacional projeta vendas de R\$ 40 milhões

Na esteira da popularidade do iPad, a fabricante brasileira MXT – uma das primeiras empresas nacionais a desenvolver projetos de tablets – espera vender até R\$ 40 milhões em equipamentos destinados ao setor corporativo neste ano.

A companhia, sediada em Minas Gerais, mantém fábrica com capacidade produtiva de até 25 mil tablets por mês, e acredita que a demanda de empresas nacionais chegue a 300 mil por ano.

Os clientes em potencial são órgãos do governo ou empresas que tenham necessidade de um equipamento rastreável capaz de transmitir informações em tempo real. O primeiro contrato, com a Polícia Militar de São Paulo, prevê o fornecimento de 11 mil tablets no ano.

O projeto do tablet nacional começou há pouco mais de um ano e meio, e não nasceu exatamente como um concorrente para o iPad. O projeto foi adaptado a partir de uma



O aparelho – desenvolvido pela fabricante brasileira MXT – deve ter venda restrita ao setor corporativo e preço de mercado de quase R\$ 2 mil

espécie de computador automotivo para gestão de frotas, negócio principal da MXT Holding atualmente.

O aparelho deve ter venda restrita ao setor corporativo, e deve custar quase R\$ 2 mil – embora seu custo possa variar dependendo da configuração desejada.

Incentivos

Conforme sinalizou o ministro das Comunicações, Paulo

Bernardo, há a possibilidade de os tablets fabricados no Brasil serem enquadrados nos benefícios fiscais hoje aplicados a notebooks e desktops – como a isenção de cobrança de PIS e Cofins.

A definição deverá acontecer em até 60 dias. No ano passado, o mercado brasileiro consumiu cerca de 100 mil tablets, segundo a consultoria IDC. Desse total, os iPads importados legalmente chegaram a 64 mil.

Apagão' no Distrito gera prejuízo de R\$ 1 milhão

A interrupção de energia elétrica por seis horas, na última quinta-feira, deixou saldo negativo em dez empresas do parque fabril local

RICHARD RODRIGUES
Equipe do EM TEMPO
richard@emtempo.com.br

Um dia após o 'apagão' de seis horas no Distrito Industrial, empresas contabilizaram um prejuízo de R\$ 1 milhão por conta das linhas de produção paradas. A perda milionária foi registrada por dez empresas, que se reuniram ontem com representantes do setor para discutir formas de reaver o montante perdido na última quinta-feira (17).

De acordo com o presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas de Manaus (Sinmen), Athaydes Félix, as indústrias foram fortemente afetadas com a falta de energia, o que ocasionou na paralisação das atividades das 9h às 15h13. "Uma fabricante de motos deixou de produzir 10 mil veículos no período", disse o dirigente, ao acrescentar que, com a situação, o prejuízo somado era de R\$ 500 mil.

Félix destacou ainda que, além das motocicletas, as empresas componentistas também ficaram 'às escuras'. Algumas fabricantes tiveram de dispensar os funcionários ou mantê-los na fábrica na esperança de que a energia elétrica fosse restabe-

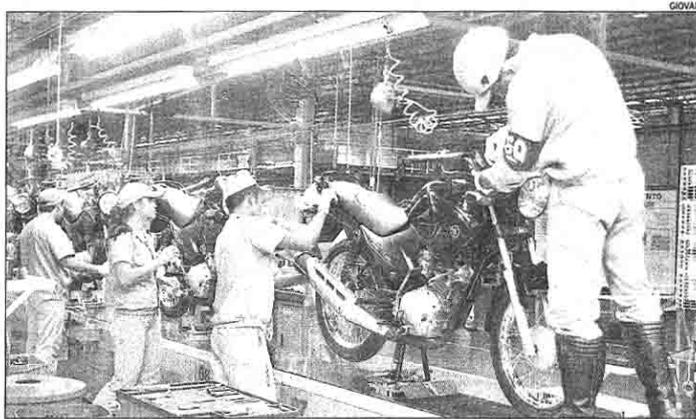
lecida. "Algo precisa ser feito urgente, já que as empresas são afetadas frequentemente com queda ou falta de energia", salientou o presidente.

Reunião com a empresa

Além da discussão sobre os prejuízos, as indústrias querem uma justificativa sobre as cons-

Na última quinta-feira, dez indústrias do parque local ficaram sem o serviço de energia elétrica das 9h às 15h13

tantes quedas de energia que ocorrem no Distrito Industrial. Os empresários das empresas metalúrgicas do PIM vão convocar a Amazonas Energia para uma reunião na próxima quinta-feira (24), com o intuito de negociar e tentar minimizar os prejuízos sofridos na última quinta-feira.



Indústria de motocicletas teve a linha de produção parada por falta de energia elétrica, na última quinta-feira

Principais afetadas

Entre as empresas afetadas está a Yamaha, que deixou de produzir 700 motos e contabilizou prejuízos de R\$ 400 mil durante o 'apagão', de acordo com levantamento realizado após o serviço ser restabelecido.

A direção da empresa informou ainda que manteve

os trabalhadores na unidade fabril, na expectativa de não perder totalmente um dia de produção, que foi reduzido a apenas duas horas.

A Bic também sofreu com a falta de energia elétrica. A fabricante de canetas, isqueiros e barbeadores descartáveis teve de mandar funcionários

para casa, já que as linhas de produção ficaram impossibilitadas de funcionar.

Além da Yamaha e Bic, segundo o Sinmen, a produção das Engepac, Moto Honda, Reman, Videolar, LG, Compaz, Showa e Pastore também foram prejudicadas com o blecaute.

Amazonas Energia esclarece

Em nota, enviada pela assessoria, a Amazonas Energia confirmou que "existem mecanismos legais do poder concedente que estabelecem a forma de ressarcimento aos consumidores afetados pela interrupção".

Para esclarecer o ocorrido e relatar quais as ações tomadas para evitar a interrupção no fornecimento de energia elétrica, o próprio presidente da Amazonas Energia, Pedro Hosken Vieira, entrou em contato pessoalmente com o presidente da Fiem, Antônio Silva,

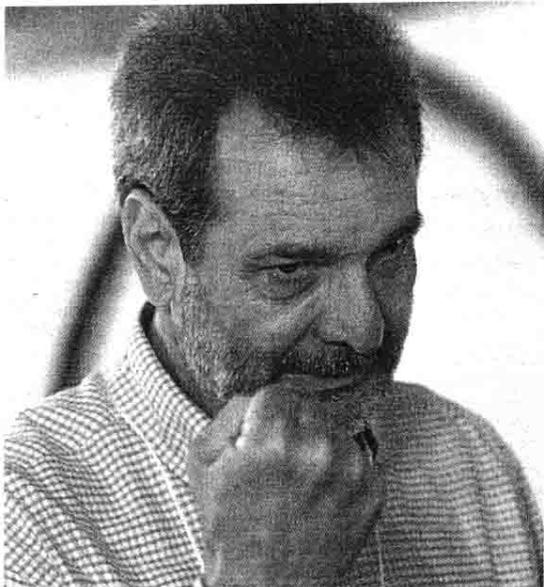
A empresa esclarece ainda que está à disposição de todos para quaisquer esclarecimentos, além de reforçar que na manhã de ontem, não houve reincidência do problema na área do Distrito Industrial.

SÉRGIO FROTA

TIPO EXPORTAÇÃO

A comitiva econômica da embaixada dos EUA, após reunião na Suframa, saíram impressionados com o modelo da Zona Franca de Manaus. O secretário de assuntos econômicos da embaixada, John Barrett, destacou a força do Polo, que também conta com empresas americanas. A questão ambiental, entretanto, foi o tema que mais chamou atenção de Barrett, que mostrou-se admirado com o alto índice de preservação da floresta amazônica, graças, em grande parte, ao parque fabril de Manaus.

Dirigentes da Suframa e do Cieam têm bens bloqueados



O presidente do Cieam, Maurício Loureiro, firmou convênio com a Suframa para recuperar ruas do Distrito Industrial, mas projeto foi questionado / Foto: Evandro Seixas/24/04/08



Assessoria da Suframa disse que Flávia Grosso (foto) e demais dirigentes responderão à Justiça no momento oportuno / Foto: Raimundo Valentim/26/09/05

AMAZONAS31 A Justiça Federal determinou o bloqueio de bens da superintendente da Suframa, Flávia Grosso, do presidente do Cieam, Maurício Loureiro, da construtora Mosaico e de seu sócio-administrador, Jorge Soto Mayor Fernandes Filho, para garantir R\$ 3.785.699,03 pagos à empresa por serviço de tapa-buracos no Distrito Industrial sem a devida comprovação.

Justiça bloqueia bens de Flávia Grosso

A Justiça Federal atendeu pedido do Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) e determinou, o bloqueio de bens da superintendente da Suframa, Flávia Grosso, do presidente do Centro das Indústrias do Amazonas (Cieam) Maurício Loureiro, da Construtora Mosaico Engenharia e Comércio Ltda. e de seu sócio-administrador, Jorge Soto Mayor Fernandes Filho, para garantir R\$ 3.785.699,03 pagos à empresa por serviço de tapa-buracos sem a devida comprovação dos serviços.



A superintendente da Suframa, Flávia Grosso assinou o convênio com o Centro das Indústrias do Estado do Amazonas / Foto: Chico Batata/05/08/07



O presidente do Cieam, Maurício Loureiro, contratou a Mosaico para fazer serviços emergenciais de tapa-buracos no Distrito / Foto: Jair Araújo/25/06/07

Além deles, também foram bloqueados os bens do superintendente adjunto da Suframa, Plínio Ivan Pessoa da Silva e de Armando Rubens Medeiros Lima, responsável pelo parecer técnico que aprovou as contas do Convênio 57/2007 que a autarquia fez com o Cieam, no valor de R\$ 25 milhões, para a recuperação de vias do Distrito Industrial de Manaus, que sofreu aditivos, chegando a mais de R\$ 70 milhões.

A Suframa informou que os "questionamentos" feitos pela Justiça Federal serão respondidos pelos meios legais.

O Tribunal de Contas da União (TCU) constatou que o convênio era irregular, pois o Cieam não dispunha dos requisitos mínimos para executá-lo, além de não existir projeto básico para as obras e contratou a Mosaico para a execução dos serviços. Parte dos serviços, em caráter emergencial, que custou R\$ 3.785.699, além de não ter comprovação de realização, não era objeto do convênio.

A decisão da Justiça Federal do Amazonas reconhece que o MPF/AM apresentou provas relevantes de lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, além da existência de elementos demonstrando a necessidade da decretação da indisponibilidade de bens

com o objetivo de viabilizar o pagamento ou devolução de valores, em caso de condenação por improbidade.

Entre os bens bloqueados pela decisão da 1ª Vara, estão veículos de Flávia Grosso, de Plínio Ivan Pessoa da Silva, e do procurador federal Eduardo Bonates de Lima.

Segundo o MPF/AM, mesmo com o posicionamento contrário do TCU, a Suframa considerou regular a prestação de contas, apesar de ter apontado irregularidades como falta de atesto e de registro do número do convênio.

Os dirigentes da Suframa, do Cieam, da Mosaico, procuradores federais e o responsável por aprovação de prestação de contas do Convênio responderam a duas ações de improbidade administrativa encaminhadas pelo MPF/AM à Justiça

RECURSOS

Valores deixaram de ser usados para melhorar ruas do Distrito

70

milhões de reais foi a quanto chegou o convênio, com os aditivos. Valor inicial era de R\$ 25 milhões.

3,7

milhões de reais foram pagos à Mosaico por serviço de tapa-buracos sem a devida comprovação dos serviços, afirma o Ministério Público.

idade administrativa encaminhadas pelo MPF/AM à Justiça

no final de janeiro e início de fevereiro deste ano.

A outra ação trata da contratação indevida do escritório de advocacia Brasília Consultores Associados S/S Ltda, por R\$ 120 mil, para elaboração de parecer jurídico privado, sem licitação. O advogado Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, sócio do escritório, emitiu parecer tratando sobre a admissibilidade de processo administrativo disciplinar para apurar conduta dos procuradores federais Fernando Nunes da Frota e Eduardo Bonates de Lima, por suspeitas de irregularidades na atuação deles na Suframa.

Para o MPF/AM, ficou evidente a má gestão dos recursos públicos e o dano ao patrimônio público, ainda mais consi-

derando-se que as atividades de consultoria e assessoria jurídica da União são privativas dos advogados públicos federais, de modo que o caso deveria ter sido encaminhado para outras unidades da Advocacia Geral da União (AGU) no Amazonas ou para a Adjuntoria de Consultoria do órgão em Brasília.

Os processos ainda serão analisados quanto ao mérito das acusações, podendo os envolvidos ser condenados a ressarcimento do dano, à perda dos valores ganhos ilícitamente, à perda da função pública, à proibição de contratar com o poder público, à multa e à suspensão dos direitos políticos.

Fale com o editor
redacao@diarioam.com.br

Problemas no Convênio são antigos

Em 2009, o Tribunal de Contas da União (TCU) já havia constatado indícios de irregularidades no convênio firmado em 2007 entre a Suframa e o Centro das Indústrias do Amazonas (Cieam), que repassou ao governo do Estado os R\$ 65 milhões previstos para as obras de revitalização das ruas do Distrito Industrial de Manaus. Pela segunda vez, em julho daquele ano, o TCU interrompeu o processo que

havia escolhido a Construtora Soma para executar as obras.

Foram apontadas irregularidades como deficiências no projeto básico, feito pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA), o superfaturamento de R\$ 6,3 milhões em itens de material, o pagamento duplo de serviços e uma diferença de quase R\$ 1 milhão entre o valor firmado no convênio e o contratado para a obra, falhas na

publicidade do edital de licitação e restrição à competitividade do processo. Oito empresas retiraram o edital, porém, apenas uma participou da licitação.

A Comissão Mista de Orçamento manteve as obras de revitalização do Distrito Industrial de Manaus na chamada "lista negra" do TCU. A Comissão aprovou o relatório do Comitê de Obras Irregulares (COI) pedindo o bloqueio de repasses de

apenas seis das 32 obras inicialmente indicadas pelo TCU como tendo indícios graves de irregularidades.

A Lei Orçamentária (LOA) para 2011, sancionada pela presidente Dilma Rousseff inclui seis grandes obras na "lista negra" de projetos com indícios de irregularidades graves. Dentre elas, construções como a modernização da malha viária do Distrito Industrial de Manaus.

Governo defende a política de incentivos do BNDES e ZFM

O governo brasileiro negou que os programas de incentivo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e as isenções fiscais para projetos de desenvolvimento industrial, como ocorre no Polo Industrial de Manaus (PIM), sejam subsídios.

Ontem, o jornal 'O Estado de S.Paulo' revelou que o governo americano enviou ao Brasil um documento questionando a política industrial do País e levantando suspeitas de que se trata de 'esquemas' que deveriam ser proibidos pela União.

A diplomacia brasileira confirmou que já está respondendo aos americanos e que, em maio, o tema voltará a ser alvo de um debate em uma reunião da OMC. O Palácio do Planalto insiste que já respondeu a esse questionamento em diversas ocasiões no passado e que a resposta agora será a mesma: o BNDES não é um subsídio. Além disso, o Itamaraty insiste que os

Estados Unidos fazem isso com todos os países.

Desconfiança

O Brasil, como exige a OMC, confirmou em setembro de 2010 que o governo dá em subsídios legais R\$ 35 bilhões à indústria nacional. Mas o governo americano critica o fato de que o Brasil não incluiu em sua lista de subsídios a atuação do BNDES nem uma série de outros programas federais. Em outras palavras, os Estados Unidos suspeitam que o subsídio seja maior.

A resposta do Itamaraty é clara: o BNDES não foi incluído porque o governo não o considera como subsídio. Além disso, o governo brasileiro passou a evitar dar muita informação aos Estados Unidos sobre seus programas, depois de ver que a Casa Branca não publicava parte de seus programas de incentivos.

Ainda assim, o governo americano quer agora explicações por parte do Brasil sobre o BNDES. A Casa Branca levanta a suspeita de que os emprésti-



Governo dos Estados Unidos questiona os subsídios dados via o BNDES e pelo modelo Zona Franca de Manaus / Foto: Danilo Mello/11/09/07

mos estejam vinculados com a compra de produtos locais e não importados, o que poderia ser uma violação internacional.

Diversos outros problemas também foram questionados, como os incentivos dados pela Zona Franca de Manaus, a isenção de IPI para produtos tecnológicos, a Política de Desenvolvimento Produtivo, fundos de investimentos regionais e até o Profarma.

Apesar de o governo brasi-

leiro classificar o questionamento americano de 'rotina', a Casa Branca não vê as coisas da mesma maneira.

Diplomatas americanos não afastam a possibilidade de que o pedido de informação seja um passo preliminar para um questionamento legal, ainda que nenhuma decisão tenha sido tomada por enquanto.

Fale com o editor
redacao@diarioam.com.br